

ELLO

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Propriedade — Redacção — Direcção — ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

Impr. — TIPOGRAFIA ESCOLA DA A. D. F. A.

Palácio da Independência Largo de S. Domingos Telef. 36 21 67 - LISBOA

Rua Artilharia um-Anexo H. M. P.-Telef. 65 35 93-LISBOA

EDITORIAL

Se todo o homem é um animal político, um homem a quem uma estúpida guerra cortou as pernas ou os braços, continua a ser um animal político.

Se a consciência política de todo o Povo Português despertou no dia 25 de Abril, e todo esse Povo se propôs de imediato colocar uma pedra tumular sobre esse regime de ódio que tantos valores abafou e destruiu; e decidiu, também de imediato, lançar-se na reconstrução de um Portugal novo e justo. Esse homem sem pernas ou sem braços, também político, tem todo o direito, e ninguém pode negá-lo, de ter despertado nessa consciência Nacional, porque despertou, e de participar agora na conquista da liberdade do Povo Português e na reconstrução de Portugal, porque participa.

Dentro desse inegável direito de participação total, mesmo a nível político, os Deficientes das Forças Armadas, objectos utilizados pelos grandes senhores capitalistas numa guerra injusta, utilizados depois para esconder a negatividade dessa mesma guerra, elevam os seus problemas a nível nacional para uma discussão aberta e total, no sentido único de participarem na edificação dum sistema social sem a repetição de erros cometidos e que aponte definitivamente para uma perfeita justiça social.

Jovens, mas conscientes, pretendemos participar com a nossa experiência e a nossa energia, embora à priori se conclua que não possuímos energia, vitalidade e toda uma firme e inabalável determinação que nos transformou já numa inacreditável força progressista e de vanguarda na revolução de 25 de Abril.

É consciente e não aventureira a nossa posição. Temos as nossas razões que, por fortes que são, nos deram a força que temos.

Estamos por isso empenhados de corpo mesmo que não seja inteiro, e alma, que o é totalmente, em criar uma nova sociedade.

É importante referir que a nossa expressão «nova sociedade» não é vã nem a utilizamos porque é moda usá-la, é antes uma expressão que sentimos, numa definição que já temos, numa realidade que queremos.

Estamos organizados numa Associação que é, por si, a nossa experiência, o nosso primeiro passo para numa projecção nacional.

Partimos do sagrado princípio da igualdade total dos homens, tanto no campo dos direitos como dos deveres. Nessa base edificámos a nossa vida associativa. Banimos totalmente o vedetismo, não hesitando em dizer não, punindo mesmo aqueles que a tal ousaram. A condução da vida associativa cabe a todos, assentando a chefia na competência que, por si, se baseia sobretudo na capacidade de concluir em função do todo e não do pessoal ou particular.

Se a isto se chama democracia não sabemos, sabemos apenas que é esta a nossa forma de organização social que a todos queremos dar a conhecer.

A ADFA TOMA POSIÇÃO

Encarnando fielmente o espírito do MFA, iniciamos logo após o 25 de Abril uma campanha de reabilitação e reintegração na sociedade da qual tínhamos sido escorraçados e marginalizados.

Após sete meses de contactos com as autoridades do MFA e do Governo Provisório, chegou-se à conclusão, no dizer destes, que os deficientes das Forças Armadas eram uma bola de «Ping-Pong».

A boa vontade e compreensão dos responsáveis alimentavam a esperança dos deficientes, mas não satisfaziam as suas reais necessidades e anseios.

No sentido de se conseguir o início da resolução dos nossos problemas, nomeadamente a satisfação de uma lista de reendivicações, apresentadas em 29 de Maio, obtenção de instalações tanto em Lisboa como para as Delegações na província, a realização de um sério processo de recuperação de milhares de deficientes que não foram reabilitados, assim como a reintegração plena na sociedade, estabeleceu a Direcção da A.D.F.A. uma série de

contactos a nível superior que tiveram como resultado a apresentação da nossa situação no Conselho Superior do MFA.

Tendo o Sr. Primeiro Ministro pessoalmente chamado a si a resolução dos nossos problemas, imediatamente a Direcção tentou ser recebida por ele, o que, após três tentativas, se tornou impossível. Dirigiu-se depois a Direcção ao COPCON onde deu conhecimento das dificuldades da Associação para o prosseguimento da sua missão, começando pela falta de instalações no Palácio da Independência, onde existiam salas vagas que não nos eram cedidas.

Na sequência dos contactos havidos, entregámos no dia 13 de Novembro no Palácio de S. Bento, um documento dirigido ao Sr. Primeiro Ministro, onde se apresentava um prazo de dez dias para se conseguir um ponto objectivo de partida para a resolução dos nossos problemas. Esse documento, tal como subemos depois, não chegou a ser levado ao conhecimento do Chefe do Governo.

Neste contexto, e não tendo sido estabelecido qualquer contacto oficial com esta Associação durante os referidos dez dias, foi decidido no dia 23 de Novembro, em Assembleia Geral, a tomada do Palácio da Independência, e a realização de um cortejo até S. Bento a fim de sermos recebidos pelo Chefe do Governo.

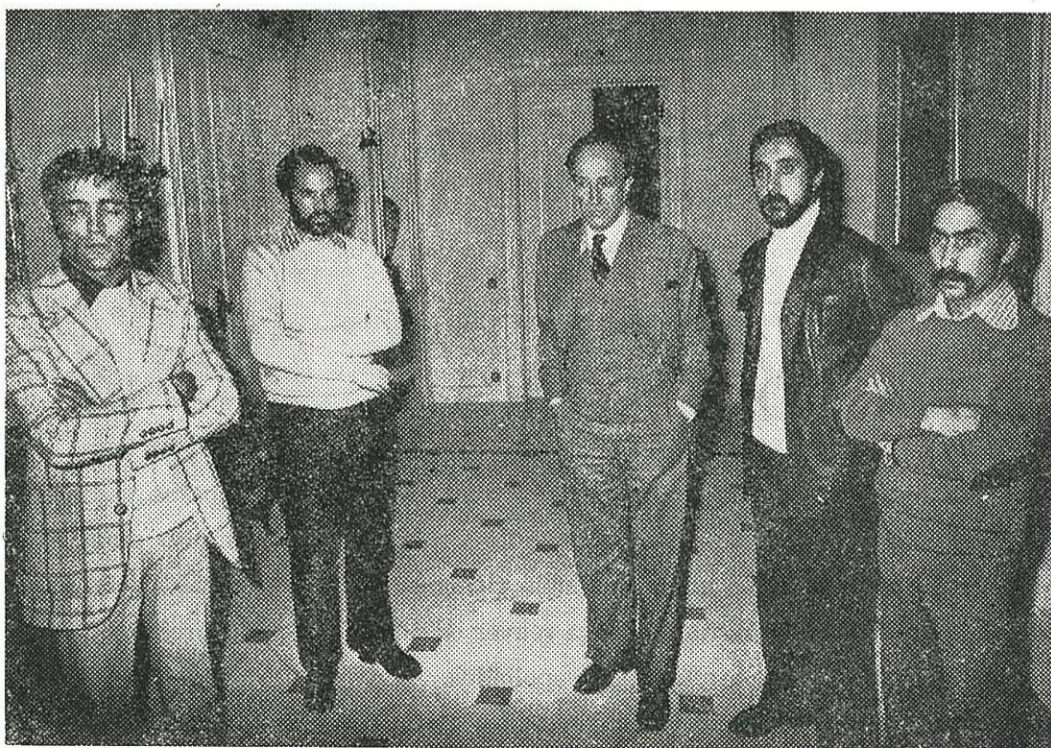
Aos órgãos de informação e à população que connosco se cruzava distribuimos o seguinte comunicado:

COMUNICADO AO POVO PORTUGUÊS

Para ti Camarada que no dia a dia lutas no campo, na oficina, na fábrica e no escritório.
Para ti Amigo que na madrugada do 25 de Abril viste surgir um novo horizonte de Esperança e Liberdade.
Para ti Oprimido que logo iniciaste uma luta sem tréguas para impedir o regresso dos opressores.
Para ti Companheiro que estás em

Continua na pág. 2

Vasco Gonçalves Recebe a Direcção



Logo após a chegada a S. Bento, o Sr. Primeiro Ministro recebeu a Direcção. O Chefe do Governo respondeu-nos com uma compreensão absoluta. Dele ouvimos o dever que a Nação tem a cumprir — Fim ao proteccionismo e início da reintegração total. Dele subemos as dificuldades que existem para levar a

cabo esta difícil tarefa. Ao chefe do Governo dissemos da urgente justiça a praticar, do ajuste de contas com aqueles a quem os nossos membros, a nossa saúde, o nosso sangue, as vidas dos nossos camaradas, tanto açúcar, tanto petróleo, tantos diamantes, tanto algodão, etc., renderam.

O Senhor Primeiro Ministro estabeleceu uma plataforma para a imediata resolução dos nossos problemas mais graves, tendo decidido institucionalizar a Direcção da A.D.F.A., para a participação nas resoluções dos complexos problemas dos Deficientes das Forças Armadas.

NO CAMPO DA TÉCNICA

O Problema dos Cegos

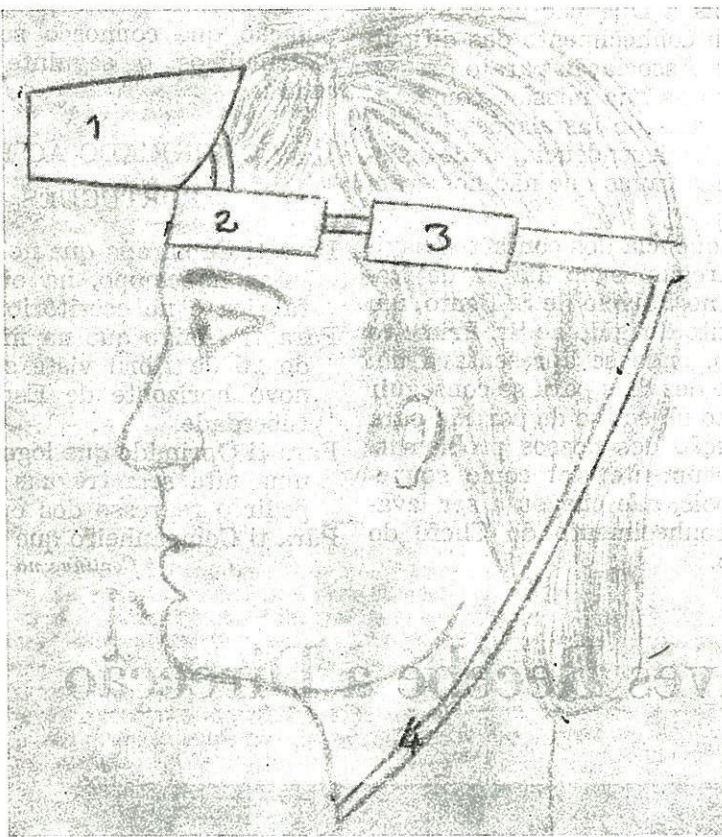
e a Visão Artificial

Em 1959 um técnico ao serviço na Emissora Nacional iniciou os estudos de um aparelho e baseando-se na lógica de que a quase totalidade dos cegos lê pelo sistema de Braille que depois de um treino intenso poderia ler impulsos que lhe fossem transmitidos a uma parte do corpo sensível e com um tacto apurado.

Ao verificar a concretização do que até esse ponto era apenas lógica patenteou o sistema e desenvolveu-o tendo mais tarde conheci-

mento que em Nova Iorque um médico cientista também estava interessado em inventar um sistema idêntico.

A gravura mostra é um dos muitos sistemas em estudo muito adiantado que é composto por um sistema mecânico eléctrico que através de quatrocentos imãs aproximadamente premia na pele do invisual uma imagem que a única desvantagem que tinha era ser um pouco delineada.



LEGENDA

- | | |
|----------------------------------|--------------------------|
| 1 — Câmara | 3 — Conversa de estímulo |
| 2 — Matriz frontal de electrodos | 4 — Para alimentação |

A A. D. F. A. TOMA POSIÇÃO

Continuação da Página 1

penhado em levar de vencida a luta pela igualdade entre os homens.

Para ti e apenas para ti vão estas palavras que sabemos serem o eco daqueles que trazes na alma. Somos das maiores vítimas dum Fascismo que a todos oprimiu e devastou.

Somos os desenraizados duma Sociedade que os Fascistas queriam

limpa das suas vítimas.

Lutamos para reaver os direitos de que fomos espoliados.

Lutamos há sete meses sem vermos atingidos os nossos objectivos. Nos governantes encontramos boa vontade, compreensão e nada mais.

Lutarás connosco para que a Nação se responsabilize pela nossa situação.

A ADFA ACUSA

Os grandes culpados

Em continente é pequeno
Em domínios (Colónias) o 3.º
O mais valente na Guerra
Em descobrir o 1.º.

Foi ao som desta canção e outras que logo na Escola Primária, quando ainda estavam frescas na memória as histórias de varinhas de condão, os Professores nos ministravam um ensino alienante misturando «ss» com mapas da Europa ocupados por colónias Africanas, numa tentativa de ludibriar a realidade Geográfica e de nos incutir no espírito uma falsa ideia de ser bom Português e um falso conceito de Pátria.

Paralelamente à macabra estratégia do «Dinossauro Ex.mo», entrava em acção o seu compincha Cardeal com a agravante de esconder o seu gesto nas palavras dum Cristo que morreu lutando pela igualdade entre os homens. Foi assim que os Seminários, conventos e Igrejas foram colocados ao serviço do Fascismo. Que Deus era aquele que exigia fome, opressão e subjugação como cláusulas para entrar no seu reino?... Certamente poderia ser o Deus Salazar rodeado da matilha de anjos máus. Se algum Padre pretendia enveredar pelos es-

pinhosos trilhos de Cristo era sistematicamente lançado no Purgatório da classe trabalhadora ou no Inferno de Caxias. Por vezes paramentados e tudo.

«Fado, Futebol e Fátima» drogas ao serviço da submissão do Povo que tornaram possível o sacrifício de vidas humanas.

El morreu Catarina... do seu sangue brotou mais trigo para o latifundiário Alentejano.

El morriam jovens na guerra e outros ficavam sem membros... do seu sangue brotaram Diamantes, Óleos, Café, Cereais, Petróleo, Medalhas, etc.

Para quem?! Para Melos, Champalimaus, Americanos, Belgas, Cezejeiras, Casais Ribeiros, Tomazes, Kaulzas, Tenreiros, Spínolas e outros.

E o povo?!

O Povo cantava: Heróis do Mar; Nobre Povo; Nação Valente...!

O Herói morria, o nobre povo sofria e a Nação passava fome, tanta fome: de verdade, de luz, de espírito revolucionário.

Fiquemos hoje por aqui, já que se nos depara no presente a oportunidade de saciarmos esta longa fome de Liberdade.

Lutarás connosco para que os governantes ajustem contas com aqueles que transformaram o nosso sangue, os nossos membros, a nossa saúde, as vidas dos nossos camaradas, em dinheiro, muito dinheiro.

SOMOS UM POVO EM LUTA!
No prosseguimento desta luta TOMAMOS O PALÁCIO DA INDEPENDÊNCIA, onde tínhamos provisoriamente algumas exíguas instalações.

Sabemos que connosco repudiarás a guerra e ao nosso lado participarás na grande batalha da Reintegração.

O POVO VENCERÁ!

Condições de

Assinatura

Todos os interessados em receber em casa, quinzenalmente, o jornal «ELO», deverão solicitá-lo à Redacção do mesmo, enviando a quantia de Esc. 60\$00 pela assinatura anual ou Esc. 30\$00 pela assinatura semestral.

Mais uma vez se dá conhecimento ao público que os assinantes do jornal não são de modo nenhum Sócios desta Associação.

N.R. — Neste número do nosso jornal apresentamos um pedaço da alma Transmontana que, vista por Miguel Torga, é universal.

Universal é o homem quando naturalmente brota, em estado bruto, da terra e da montanha.

No «REGRESSO», numa visão relâmpago, mas com toda a naturalidade e profundidade, do problema da guerra e do mutilado, Miguel Torga apresenta uma firme realidade para uma compreensão que também tem que ser firme.

◆ O REGRESSO ◆

(de Miguel Torga)

Casta, orvalhada da mesma frescura que humedecida a fruta nos seus pomares, Leiró acordava de uma grande noite de sono e de sonho. O primeiro fio de fumo subia já da lareira do João Rã, o madrugador da povoação. Erguia-se branco, preguiçoso, tímido da aragem fria da manhã.

Mas, logo que chegava a céu aberto, tomava respiração, alargava os braços, e diluía-se voluptuoso no étar perfumado do ar. Dos quinteiros nasciam vozes confusas da Babel animal. E da esquadria honesta dos portais, larga e franca, iam surgindo caras humanas e cristãs, levedadas para nova romaria de suor.

À distância de um tiro de espingarda, a medida que agora melhor conhecia, Ivo olhava e analisava aquele despertar. Sentado numa fraga de granito, a trouxa da roupa poisada ao lado, com o olho que lhe restava ia fotografando as fases sucessivas por que passava o casario e a vida da terra onde nascera. Talvez porque a via assim, só de um lado precisamente a do coração, parecia-lhe que a entendia melhor agora, que a visão binocular de outrora destrinchava e empobrecia o sentido das coisas, incapaz de abraçar no mesmo amor o execrável e o santo.

O burro do latoeiro, então, orneou longa e melancolicamente. E o rapaz, ao lamento arrastado e triste do animal, não conseguiu estancar a emoção que o detinha ali. Uma lágrima irrompeu-lhe da alma e deslizou-lhe pelo rosto magro.

— Não sei o que faça... — murmurou, hesitante.

Sabia que morrera há muito para toda a aldeia. A mãe, a Maria Torres, trajava ainda de preto, mas

acostumara-se à tristeza de o ter perdido. O pai, ensimesmado como sempre, engolira o desespero silenciosamente, envelhecera dez anos em poucos meses, e esquecera-o também.

As irmãs, depois do choro convulsivo e do ano de luto carregado, vestiam blusas claras e namoravam alegremente. Era a vida. Já ninguém o lembrava, o desejava, o chamava ali das veras do corpo e da alma.

Partira contra a vontade pacífica e humana de todos, para uma guerra que não era deles, matara sem razão nenhuma, atraíçoa milénios de fraternidade, de paz e de entendimento. Que poderia esperar agora? Que o aceitassem de braços abertos, ressuscitado num outro ser estranho e desfigurado?

— Você quem é?

Sem dar outra conta, tinha um rebanho calmo e lanzudo à volta, e um pequeno pastor, o Zé Chaveco, ao pé, a mirá-lo de cima a baixo.

Sim, quem era ele, na verdade, cozido de cicatrizes, meio cego, maneta, coberto de sangue e remorsos?

Atento, o miúdo continuava a olhá-lo e a inventariar-lhe o vestuário de salteador— calça de bombazine, blusa americana, gorra vasca e alpergatas galegas.

— Eu?!

Fitou a criança enternecido e mortificado. Aquela interrogação da infância à sua identidade verdadeira, comovia-o e dilacerava-o. Nada o podia desiludir mais do que verificar que já nem os olhos da inocência o reconheciam.

Lá, no outro mundo onde combatia, ninguém o interpelara, fundamente e humanamente. Chegado à fronteira, abriram-lhe a boca do abismo

sem nenhuma pergunta.

— Voluntário — declarara, sem saber ao certo o que dizia.

— Muito bem.

Arrastado por que não sabia que fome de aventura, partira. E alistara-se, longe de calcular que entregava no compromisso de uma palavra mais do que a própria vida.

Pouco depois era um número. E no campo de batalha, quando finalmente chegou a sua vez, avançava ou recuava como um autómato que tivesse a corda na voz do comandante.

No fim do pesadelo — desmobilizado, mutilado e outro. Nem o nome que recebera na pia baptismal o designava já, porque no homem não cabia o homem presente. Arrependido e miserável, vinha bater à porta nativa.

E era justamente uma criança que lha fechava.

— Sabe de quem você dá uns ares? É de um rapaz daqui, que morreu.

Chamava-se Ivo. Fugiu de casa, foi para a guerra e ficou lá.

— Não conheci...

A paz orvalhada que há pouco cobria a aldeia enxugava agora ao claro Sol que rompia. Todas as charminés fumegavam, todas as casas estavam abertas, todos os mistérios desabrochavam, e perdiam insensivelmente a graça da virgindade.

— De que terra é, ao menos? — insistia o garoto, com a volubilidade satânica da infância, acostumada a cortar as pernas aos saltaricos.

— Eu?!!!

— Sim!...

Mais difícil do que saber quem era, era localizar-se no mundo. No segredo da sua intimidade podia ainda somar as duas metades da alma dividida; mas não havia mo-

rada na terra para esse aborto da vida.

— Nem sei.

Tal e qual como o rebanho que, aparentemente sem se mexer, se afastava minuto a minuto, deixando atrás de si o terreno pastado, assim a aldeia lhe fugiu dos olhos, fixos nela. À medida que o Sol lhe desvendava o recolhimento, e a resposta ao pastor se tornava mais impossível perdia o ar acolhedor de há pouco e embaciava-se de incompreensão.

As imagens de uma bela história com infância e mocidade, ninhos e amores, dias de Natal e noites de S. João, apagavam-se inexoravelmente.

O cenário negava-se à função de servir apenas de fundo passivo à saudade. Ali, ou vivo ou morto. Para todos os fantasmas do mundo, indecisos entre o ser e o não ser, havia apenas um escalorado sorriso de desdém.

— Se não diz quem é, nem onde nasceu, é porque tem medo de alguma coisa... — insinuava, cruel, o instinto do pequeno.

Por aquela boca falava a povoação. Exigia intransigente a cada filho um passaporte humano corrido e limpo, de fidelidade ao seu calor, e de submissão às suas leis. E o mutilado, diante de um muro tão alto, sentiu que não valia a pena lutar, ter qualquer esperança.

— Sou um pobre... — disse então, humildemente, a evidenciar o coto do braço e a órbita vazia.

A aldeia, desperta, clara e rumorosa, era agora uma fortaleza inacessível. E o filho pródigo voltou-lhe as costas, vencido.

(Conto extraído do livro «NOVOS CONTOS DA MONTANHA» de M. Torga)

JUSTIÇA ECONÓMICA

Tendo nós consciência que a reintegração das vítimas dessas estúpidas guerras coloniais custará muito dinheiro ao actual governo e tendo nós consciência que o governo luta com falta de meios, sempre elevámos a voz dizendo que era urgente ajustar contas com aqueles a quem tanto dinheiro renderam os nossos membros, a nossa saúde, e a vida dos nossos camaradas. Os meses iam passando, as estruturas económicas mantinham-se intactas e das entidades oficiais íamos sa-

bendo das dificuldades monetárias da Nação para a reparação dos males da guerra.

Foi com grande satisfação que recebemos a notícia de que o COP CON havia prendido alguns (ainda poucos), dos grandes vigaristas do nosso País.

A nossa firme opinião é de que se deve seguir intransigentemente na linha agora iniciada e que a justiça social possa decididamente entrar no campo económico.

PORQUÊ

Camaradas, contai connosco. Mas a todos pedimos: uni-vos e associai-vos. Depois vamos dialogar.

Através de comunicados da Televisão, da Rádio, de entrevistas na Imprensa, etc, não nos temos cansado de dar a conhecer a nossa luta e as estruturas da nossa organização. Não é por simples capricho de divulgação que o temos feito. É decididamente por participação revolucionária.

Mas não apenas.

É também para servirmos de incentivo e encorajamento a muitos que podem e devem seguir-nos. Estamos a referir-nos aos deficientes civis, ou seja, aqueles que ficaram deficientes mas não ao serviço das Forças Armadas. Eles têm sido, desde o princípio, preocupação nossa. Não pudemos logo de início, integrá-los na nossa luta. Ainda não podemos hoje.

Temos problemas estritamente militares que só a nós dizem respeito e que ainda não estão resolvidos. Mas no campo da reabilitação e da reintegração em geral a nossa luta é comum, nela estamos automaticamente irmanados. A participação terá que ser conjunta, mas o equacionamento dos problemas terá que partir dos vários sectores, mesmo de cada um dos interessados.

Há perguntas que nós temos insistentemente feito: Porque não despertam os deficientes civis e tomam parte na revolução do 25 de Abril? Porque não se associam e em diálogo aberto equacionam os seus problemas? Acaso ignoram eles que só eles poderão indicar os caminhos a seguir? Nós sabemos que antes do 25 de Abril existia uma Associação que se dizia (Associação Portuguesa de Deficientes), uma obra de fachada, como tantas outras que os tiranos fascistas encomendavam aos seus amigos para taparem os olhos do Povo Português.

Nós sabemos que é falsa a atribuição de associação a essa organização fascista, porque não foi criada por associados, nela não houve vida associativa, nela nunca existiram associados.

Para a História da

A D F A

Continuação da Página 6

Assembleia pugnar:

- 1 — Pela criação de uma repartição governamental que trate exclusivamente dos assuntos dos deficientes, junto da qual a nossa Associação intervirá sempre que necessário para a defesa dos interesses dos seus membros. Para preenchimento dos quadros de tal repartição julga-se de primordial importância o aproveitamento dos deficientes que tenham optado pela continuação do serviço activo.
 - 2 — Pela urgente publicação de nova legislação respeitante aos deficientes, elaborada mediante prévia audiência da Associação.
- 2.º — Em Assembleia Geral realizada em 22/5/74 foi decidido, por unanimidade, exigir a extinção da Liga dos Combatentes, com base nas seguintes razões principais:

a) É uma organização enfeudada ao antigo regime que, nomeadamente em relação aos últimos treze anos de guerra, nada fez de significativo

para a resolução dos problemas gerais e particulares dos militares deficientes. Estes negam-se pois, qualquer representatividade.

- b) A sua subsistência, como simples associação saudosista, não tem justificação, trazendo inclusivé determinados perigos políticos.
- c) Para continuação das obras assistenciais da Liga, propõe-se que, a exemplo do que sucede com as da Mocidade Portuguesa, tais actividades sejam transferidas para os Ministérios competentes.
- d) A nossa Associação pretende a utilização das instalações da Liga, e a absorção do seu património.

Certos de que as nossas pretensões terão o melhor acolhimento, pretendemos reforçar a afirmação da nossa fé num Portugal renovado ao qual nos orgulhamos pertencer.

Lisboa, 23 de Maio de 1974.

A COMISSÃO «AD-HOC»

UM CASO AO ACASO

Desde muito novo, a sua personalidade vincada, obrigava-o a trilhar caminhos que pensava estarem de acordo com a sua maneira de ser. Pela ausência de seu pai, motivada pela vida árdua do mar, conseguia canalizar o poder, embora restrito, da mãe com intuito de poder manobrar a sua vida de rapazola, para a aproveitar até ao último segundo.

Pelo facto de ter bem presente todos os assuntos que o rodeavam, e até porque a inteligência abundava, e ele sabia-o, o papel de estudante sempre foi desprezado.

Um turbilhão de ideias assalta-o a todo o momento, e leva-o a saltar de curso, como se fosse um simpático gafanhoto nos dias quentes de verão, que passeia pela montanha indiferente a tudo. Mas a vida passa depressa, e o nosso camarada não se apercebe.

Começa por fazer vida de homem e com todos os disparates inerentes à própria vida. Mas o seu aspecto de justiça de modo nenhum fica esquecido e eis que surge a vida militar.

Sabendo perfeitamente que o serviço militar é um mal necessário, começa por encontrar as suas primeiras contrariedades.

Depois de ter tirado a especialidade de Trem-Auto em Sacavém, veio rumo a Lisboa.

Eis que surge o primeiro impacto forte da sua vida: A Mobilização. Rumo a Angola o nosso camarada começa por ser mais um número dos quadros do Exército ao serviço do Capitalismo.

Este facto repugna-o. O seu Ego sente-se ferido e o facto de ser mandado para a morte fá-lo tomar uma atitude que lhe vai sair cara: Deserta. Movido pelo sentimento de saudade dos pais residentes na Holanda, ei-lo a caminho, sempre indiferente ao mundo que o rodeia. Não era importante o futuro. Sabê-lo-ia encarar com a frieza necessária às responsabilidades do seu acto. No entanto a Holanda nesse tempo não dava protecção a desertores e o seu regresso a Portugal era eminente.

Preso como traidor regressa novamente ao Ultramar onde as condições climáticas o começam a atormentar. Faltando 4 meses para acabar de cumprir a sua comissão, as dores nas extremidades dos pés fazem-se sentir assim como a

grande dificuldade em dormir. Para não incomodar os companheiros do quarto passeia durante noites e noites, acompanhando-se a ele próprio na sua solidão, sem imaginar o fim trágico daquelas dores. Mas a «doença das pontas» aproximava-se a passos largos.

A ida ao médico foi infrutífera, pois o diagnóstico de reumático era mais simples, e, o facto do regresso estar próximo, a melhoria de clima, iria pôr cobro a tal doença reumática.

Tal não aconteceu. Pelo facto de ter de acabar de cumprir a pena a que estava sujeito por deserção, foi levado para o Forte da Trafaria onde a humidade agravou a sua doença.

As corridas aos médicos eram frequentes até que um médico, mais cuidadoso para com os nossos militares, descobriu a terrível doença «BURGER». A amputação da sua perna esquerda é inevitável. No entanto essa perda foi encarada com uma certa frieza. Sempre desejoso de conhecer a verdade nua e crua, prefere isso a não andar conhecedor do avanço da sua doença.

Mais uma vez a má organização militar foi confirmada, e a prova dos nove veio quando foi necessário fazer um tratamento à perna direita, considerado pelo médico militar como que um luxo.

Com o auxílio económico dos pais, a guerra à sobrevivência continua.

Conhecedor da gravidade da sua situação nada deixa transparecer.

Com o auxílio de sua mulher, que prontamente lhe dá o carinho necessário para que não fraqueje na sua guerra humana pelo direito à vida.

Sexta-Feira — 13. Uma curva apertada, o chão molhado, a pressa de levar um amigo, um autocarro maroto que pretende dar um beijinho no seu DAF — Amarelo. A porta do lado dele vai dentro.

Costuma o Povo dizer: «Não há mal que sempre dure!»

A companheira fica nervosa. Por causa dele? Não; por causa do carro? Não; por causa das muletas, que agora são as suas pernas, terem ficado presas entre a porta amolgada e o assento.

Bem haja companheira por seres assim para mim, pensou para dentro o camarada.

Como é bom ter alguém que nos saiba aturar.

A A. D. F. A. NO PORTO

Continuação da Página 6

E após o 25 de Abril, também nós, surgimos à luz do dia...

Num comunicado dirigido à JSN pedíamos a extinção das anacrónicas instituições que pretendiam representar-nos, enfim, afirmávamo-nos, organizávamo-nos e efectivamente só nós interpretávamos os anseios dos deficientes das FA. E a nossa história foi decorrendo, com convulsões internas provocadas por pessoas que nos serviram mal, com pressões externas de pessoas que não querem servir-nos ou reconhecer-nos, com a amizade do povo, a indiferença do burguês ou a oposição do politiquês mal intencionado.

No entanto a nossa vontade a tudo e todos se impôs, porque a nossa causa é justa, as nossas intenções são honestas e qualquer que seja o Governo, as contrariedades que surjam ou as demissões que sucederem, justiça nos será feita.

Mas voltando à nossa reunião no Porto — Ela foi decorrendo normalmente em princípio, talvez um pouco fria e convencional, dada a reserva natural dos Nortenhos, mas, por fim, identificados uns com os outros, a conversa acalorou-se, o diálogo abriu-se, a amizade reinou. Leu-se o projecto de prioridades que o Ministério da Defesa elaborou quanto ao reajustamento das nossas pensões, referiu-se à entrevista tida com o nosso Primeiro Ministro, divulgaram-se planos efectuados, traçaram-se planos a efectuar.

E, uma vez mais, se vincou que reformas «chorudas» não resolvem os nossos problemas, o dinheiro, processo alienatório de regimes capitalistas pode ser prejudicial ao deficiente, na medida em que, o pode lançar numa ociosidade viciosa, fazer dele um peso morto a suportar pela sociedade e uma força inútil, porque desaproveitada.

É, por isso, que a norma essencial da nossa ADFA é a reintegração social do deficiente, reintegração que se processaria a todos os níveis quer psíquicos ou físicos, eventuais ou monetários, individuais ou familiares.

Por isso e para isso se torna absolutamente necessário uma delegação da ADFA no Porto. Para já foi constituída uma comissão instaladora de seis deficientes, cuja nomeação foi confirmada nesta reunião e que além de estabelecer os devidos contactos com vista à aquisição duma sede, inscreverá e tentará resolver problemas mais prementes dos deficientes Nortenhos.

Foi talvez o Norte que mais material humano exportou para as guerras coloniais; consequentemente será aqui que se encontrarão maior número de deficientes e em condições que sabemos serem terríveis. Então no Porto as estruturas civis ou militares e às quais o deficiente podia recorrer, eram ainda em menor número do que em Lisboa, além de todos reconhecermos a falsidade das desaparecidas (MNF) e a eficácia das que ainda subsistem.

Resta pois ao deficiente contar apenas com a sua segunda família.

Oxalá possamos todos, membros úteis da sociedade, através da nossa Associação participar activamente na construção e consolidação do novo Portugal, tarefa extensiva a todos os bons Portugueses.

A COMISSÃO AD HOC

NOTA: — A Delegação da ADFA no Porto, já tem uma sala na Rua dos Francos onde era a antiga LEGIÃO.

A POSIÇÃO DO GOVERNO

perante os Deficientes das Forças Armadas

O programa do MFA prevê a intervenção do Povo na resolução dos problemas que lhe dizem directamente respeito. Palavras do Senhor Primeiro Ministro Vasco Gonçalves, que nos incutiram mais ânimo na luta contra determinadas Instituições e Pessoas que não vêem com bons olhos o aparecimento dos marginalizados, que, removendo as pedras tumulares da

cunha e do privilégio, utilizam apenas a força da razão.

Por termos sido marginalizados, não queremos agora marginalizar aqueles que nos rotularam de Inválidos, mas não poderemos permitir que, tendo havido um 25 de Abril, essas pessoas utilizem, ainda como chaves, os decretos que fecham as portas da comparticipação.

É preciso acreditar nos homens sem prestígio, sem nomes e sem dinheiro. É preciso acreditar no Povo. E o Senhor Primeiro Ministro acreditou em nós. Acreditou na franca maneira e na ausência de rodeios ou preconceitos com que lhe transmitimos a realidade gritante da situação de cerca de 30.000 Deficientes das F.A., vítimas das Guerras Coloniais.

Levamos ao Senhor Primeiro Ministro o firme propósito de trabalhar afinadamente para que no campo da reabilitação, Portugal deixe de ocupar o lugar de cauda no contexto Europeu.

Os responsáveis pela renovação da legislação que até 25 de Abril segregou os Deficientes das F.A., estavam connosco na residência do Senhor Brigadeiro Vasco Gonçalves.

Quando, meses atrás, nos debatíamos acerrimamente contra os princípios que orientavam a C.M.R. (Comissão Militar de Reabilitação) éramos movidos pelo

mesmo princípio que ainda nos orienta: ver o problema do Deficiente sob o ponto de vista humano e destruir o conceito de privilegiado que até então tinha o combatente, e tornar possível uma lei justa apenas em face da deficiência do homem. A C.M.R. apresentou um plano no Gabinete do Senhor Primeiro Ministro, que muito embora não se nos afigure revolucionário, demonstra a tentativa de querer iniciar o tratamento para um dos cancros das Guerras Coloniais. Não pretendemos endeusamentos ou louvaminhas à moda antiga, é de justiça realçar a honestidade e espírito de lutador que encontramos no Major Couto, homem que veio dar nova vida ao Ministério da Defesa.

Dissemos ao Senhor Primeiro Ministro que a pensão de invalidez que um jovem denciosa a transformá-lo num velho e recebe é, por nomenclatura própria, tenparasita. Entendemos que se deveria encarar o problema sob o ponto de vista de indemnização mensal calculada apenas de acordo com a incapacidade do Deficiente que iria, de certa maneira, compensar o orçamento familiar, que a falta de membros ou qualquer outra deficiência, lhes vai acarretar.

Não admitimos que um pedreiro tendo ficado sem braços, só pelo facto de ser soldado, seja indemnizado com uma verba inferior a um Capitão que ficou apenas sem um dedo.

É assim que nós vemos a Justiça Social!

Para os difíceis caminhos da reintegração na sociedade, como força progressista que somos, só a poderemos encarar a nível Nacional, sendo para isso necessário uma conjugação de esforços de todos os Deficientes de Portugal, que democraticamente associados, pugnassem connosco pela imediata criação de uma Secretaria de Estado, junto do Ministério dos Assuntos Sociais, onde seria continuada a nossa luta de fim à esmola e direito ao Trabalho.

Foi esta a mensagem que levámos ao Senhor Primeiro Ministro Vasco Gonçalves. É esta a nossa razão de ser.

O Senhor Primeiro Ministro, homem assoberbado por uma Nação de problemas, escutou-nos e escutou a C.M.R.. Acreditou em Nós, deu-nos força para colaborar em todas as tarefas que nos digam respeito — Está connosco —.

Para nós, Associação Justa ao serviço das vítimas de uma Guerra injusta; força progressista ao Serviço do Deficiente Português no campo da reabilitação; força anti-monopolista e anti-capitalista ao Serviço do Povo Português; foi uma bela experiência, e, estamos com o Homem simples que nos recebeu e seremos vigilantes, cumprindo e fazendo cumprir o Programa do M.F.A., para que jamais o 25 de Abril se torne utópico pelo oportunismo de alguns vira-casacas que pretendem retirar do campo de luta aqueles que de facto pretendem participar nos destinos do Portugal Renovado.

PONTO ZERO



Numa sociedade de confrontos animalescos como a Portuguesa, em que os valores humanos se dividiam essencialmente em valores de «rapina» e valores de «presa», em que ao mais alto voava quem mais presas rapinasse, conservar as presas em «coutadas», à disposição e em abundância, era condição imprescindível para os altos voos dos «rapinadores».

Para a História da

Após a entrega do 1.º Comunicado à J.S.N. a nossa luta continuou.

Havia um enorme conjunto de problemas a solucionar dentro da linha de orientação traçada pelos fundadores da Associação. Estávamos em meados de Maio e o espírito dos Deficientes das Forças Armadas encontrava-se ainda pouco receptivo à ideia da participação activa na revolução proporcionada pelo 25 de Abril. A justificação para este estado de inércia é-nos dada pelos 48 anos de obscurantismo dos quais, 13, foram ainda reforçados com a dose de conformismo que levaram a maioria dos Deficientes a quase abdicarem dos legítimos direitos do homem.

Mas os dias não passavam em vão. O punhado de Deficientes das Forças Armadas empenhados em construir uma Sociedade com direitos e sem esmolas, construiu com a sua união forte e decidida um centro de gravidade de luta de povo explorado que breve chamava a si grande número de Deficientes. A sala que no Palácio da Independência nos tinha sido cedida tornava-se pequena para as centenas de homens que queriam de facto lutar por uma Sociedade livre e justa. Esses homens viam nas reuniões diárias de então o surgir do que viria a ser a plataforma para uma união com as classes trabalhadoras das Fábricas, oficinas, campo e dos escritórios.

Urgia que se ouvisse bem alto a voz oprimida dando a conhecer ao povo o todo das misérias das Guerras Coloniais e todo o negativo trabalho das chamadas Forças da recataguarda.

Havia que denunciar as Instituições que colocavam nos homens o carimbo de «INVÁLIDO».

Havia que dizer não à Liga dos Cobatentes que além de albergar perigos políticos continuava um espelho do 24 de Abril.

A D F A

É foi assim que numa noite de Vitória nos libertámos por decisão da grande maioria dos tentáculos de qualquer enfeudamento. Dissemos não a qualquer espécie de saudosismo e apresentámos à J. S. N. um novo Comunicado:

Não conseguimos a sua extinção... mas conseguimos a nossa INDEPENDÊNCIA.

COMUNICADO

Uma semana volvida sobre a nossa primeira exposição, vimos de novo à presença de V. Ex.^{ss} anunciar o seguinte:

1.º — O movimento de militares feridos ao serviço das forças armadas conquistou, neste curto lapso de tempo, a adesão de número completamente representativo de membros, que se traduziu em debates diários com participação cada vez mais extensa e activa.

Assim, considera-se como já existente, de facto, uma «Associação dos Deficientes das Forças Armadas», para a qual se torna premente o reconhecimento oficial.

Esta iniciativa congrega já elementos dos três ramos das Forças Armadas, representados por praças, sargentos e oficiais, e a sua repercussão alastra já vários pontos do País.

A Associação:

- tem carácter eminentemente social;
- identifica-se totalmente com o programa do Movimento das Forças Armadas;
- Reafirma a sua consciência de que os deficientes ao serviço das Forças Armadas possuem reais capacidades, que podem e devem ser aproveitadas validamente na construção de um Portugal renovado porque toda a Nação anseia;

— Enuncia os seguintes objectivos principais:

- 1 — Revisão da assistência hospitalar
- 2 — reestruturação da situação pós-tratamento clínico
- 3 — reintegração na sociedade

Para a sua consecução foi decidido em

Continua na Página 4

A A D F A no Porto

Com a presença de cerca de cem camaradas e dois elementos da ADFA realizou-se no R.I. 6 — Porto a primeira reunião de Deficientes do Norte, que pretendeu ser, além de uma sessão de esclarecimento sobre a existência da ADFA, o primeiro passo de uma delegação a constituir na cidade do Porto.

Foram os dois camaradas vindos de Lisboa, que, como mais esclarecidos porque iniciadores, historiaram o que tem sido a luta de sobrevivência da ADFA, qual o espírito que a rege, quais as metas a atingir.

Recordaram-se os contactos havidos em 1973 com o, então clandestino Movimento dos Capitães e que constituíram, além de uma aliança, o primeiro e efectivo apoio com que a ADFA contou. Começou então a nossa luta de associação, definiu-se a nossa política, a do MFA, localizou-se o nosso inimigo, o fascismo e as suas instituições caritativas, traçou-se o nosso plano, a reintegração total na sociedade.

Continua na Página 4

VOTO

Uma Arma do Povo

Já que todos nós começamos por ter a noção de responsabilidade, e até porque os ditadores têm os dias contados, compete-nos divulgar a necessidade e a obrigação do recenseamento eleitoral, pois consideramos o voto como o elemento mais directo da autonomia dum Povo. Posto isto, passamos a transcrever dois artigos da Lei Eleitoral, que consideramos suficientes para o esclarecimento geral:

ARTIGO 31.º

1 — Cada eleitor deverá ser inscrito nos cadernos do recenseamento mediante o preenchimento e a apresentação de um verbete individual, de modelo anexo a este diploma.

2 — O verbete de inscrição deverá ser assinado pelo eleitor ou conter a sua impressão digital, se o eleitor não souber assinar.

3 — Quando o verbete for apresentado, deverá ser assinado pelo membro da comissão de recenseamento que o receber.

4 — Quando a apresentação do verbete não for feita pelo próprio, deverá o apresentante assiná-lo também identificando-se pelo seu bilhete de identidade ou fazendo reconhecer notarialmente a sua assinatura.

5 — O reconhecimento notarial será gratuito.

ARTIGO 26.º

1 — As comissões de recenseamento funcionarão na sede das Juntas de Freguesia ou em local por elas previamente anunciado, em todos os dias, durante o período de inscrição, das 19 às 23 horas, e aos sábados, domingos e feriados, das 9 às 12 horas e 30 minutos e das 15 às 20 horas.